



POLÍTICA E DITADURA CIVIL-MILITAR EM UNIÃO DA VITÓRIA - PARANÁ

Vagner Luis Carneiro de Campos¹

Professora Orientadora: Cybelle Martins de Lara Cardozo²

Modalidade de apresentação: Painel

INTRODUÇÃO

O presente projeto de pesquisa buscou verificar as composições partidárias à frente do poder político na ditadura civil-militar, regime de exceção, que ocorreu no Brasil nos anos de 1964 a 1985, no município de União da Vitória, Paraná. Para isso, inicialmente, foi analisado o cenário nacional e estadual. O objetivo da pesquisa foi compreender o regime civil-militar, lembrado com nostalgia em protestos que ocorreram na cidade de União da Vitória e no resto do país, sendo uma das principais causas analisadas para manifestações desse gênero o descontentamento da população em função de ampla e maciça divulgação de casos de corrupção em todos os âmbitos da política nacional, estadual e municipal. Casos estes que incluem a maioria dos partidos políticos. A insatisfação gera e impulsiona discursos saudosos ao regime civil-militar, com a justificativa de que naquele período “não havia corrupção”. Isso tudo ocorre ao mesmo tempo em que o país sofre um processo de polarização política entre direita e esquerda, e o discurso de ódio predominante é o de perseguição a militantes de esquerda, que foi levado às ruas pelos favoráveis a intervenção militar. Esta narrativa encontra-se atualmente legitimada pela fala de representantes do alto escalão do governo federal, inclusive o Chefe de Estado e Governo. A pesquisa, agora, irá para sua segunda etapa, em que seu objetivo será construir um documento relatando como se passou o regime ditatorial no município.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada neste estudo foi a consulta aos documentos da Comissão Nacional da Verdade (CNV), órgão instituído pelo governo brasileiro em 2011, com a finalidade de investigar o abuso e desrespeito aos direitos humanos que aconteceram durante o regime civil-militar; construir o fundamento teórico sobre a ditadura com livros e artigos de historiadores brasileiros sobre o período; e, por fim, mas não menos importante, desenvolver um quadro político-partidário, fazendo relação dos prefeitos da cidade no período, relacionando-os aos partidos políticos do governador do estado e do presidente da república. Para isso, foram utilizados dados do site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e visitas ao Laboratório de Fontes Jurídicas (LAFJUR) da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) - Campus União da Vitória. Para ser feita a segunda etapa da pesquisa, a metodologia será composta por analisar os arquivos digitalizados da imprensa local de União da

¹ Estudante do 1º ano do Curso Técnico em Informática integrado ao Ensino Médio do Instituto Federal do Paraná. E-mail: vagnerluiscampos23@gmail.com.

² Docente do Instituto Federal do Paraná e pesquisadora na área de Ciências Sociais. E-mail: cybelle.cardozo@ifpr.edu.br



Vitória, com os jornais “O Comércio” e “Traço de União”; as atas digitalizadas das reuniões na Câmara Municipal de Vereadores durante o período; os arquivos criminais disponibilizados pelo Fórum da Comarca de União da Vitória no período de 1964-1985; e visitas ao Arquivo Público do Estado do Paraná para consultar os documentos referentes ao DOPS (Departamento de Ordem Política e Social), órgão do Estado de perseguição e repressão, criado na época.

REFERENCIAL TEÓRICO, RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os textos que serviram de apoio a este Projeto foram escolhidos pensando-se em três vertentes principais: 1. livros e artigos acadêmicos que tratam de alguns aspectos concernentes à ditadura militar brasileira; 2. livros com registros de memórias de homens e mulheres que foram torturados, sofreram perseguições políticas, repressão do direito de ir e vir e de pensar; 3. livros e artigos acadêmicos que tratam da oralidade, da narração e da memória. Entre os primeiros, destaca-se: “Como eles agiam: os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política”, de Carlos Fico. Nesse texto, o autor mostra em detalhes como era feito o tratamento e a classificação de informações no período do regime militar no Brasil, bem como as implicações dos Atos Institucionais dos governos desse período, em especial o famoso AI5, que, entre outras decisões arbitrárias, suprimiu os direitos individuais dos cidadãos brasileiros e implantou uma censura férrea. O autor baseou-se em documentos do acervo da extinta DSI/MJ (Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça), passíveis de consulta pelo público somente em 1997 (pois antes desse ano, estavam indisponíveis para esse fim). Destaca-se, também, o livro organizado por Ana Regina Rêgo e João Kennedy Eugênio, intitulado “Regimes ditatoriais: comunicação, cultura e memórias” cujos artigos tratam, entre outros temas, da relação entre Ditadura e Imprensa, entre Arte e Ditadura e do papel das Memórias e Esquecimentos, no que diz respeito à Ditadura Militar e à Anistia. Entre os segundos, um texto precioso é “68, a geração que queria mudar o mundo (relatos)”, organizado por Eliete Ferrer, da Comissão da Anistia, do Ministério da Justiça. Nesse livro, há centenas de relatos de homens e mulheres que, de um modo ou de outro, foram afetados pela forma autoritária de agir do regime militar brasileiro. É um livro volumoso que dá um panorama bastante amplo das experiências de estudantes secundaristas, estudantes universitários, militantes de partido de esquerda, revolucionários envolvidos em luta armada e outros revolucionários, artistas, políticos, escritores, agricultores, camponeses e tantos outros partícipes dos acontecimentos daqueles, assim chamados, “anos de chumbo”. Todos esses textos, diminutos em número, é verdade, tornam-se importantes para uma visão de conjunto de alguns temas que permeiam este Projeto de Pesquisa. Entre os resultados obtidos descobriu-se que de todos os 5 prefeitos que passaram pela cidade na ditadura civil-militar, apenas Domício Scaramella, que governou de 1964 a 1968, era filiado ao PTB (Partido dos Trabalhadores Brasileiros), e Alcides Fernandes, já no ano de 1982, filiado e eleito pelo PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro). Ambos foram os únicos que não eram filiados à ARENA (Aliança Renovadora Nacional), partido que deu sustentação ao regime autoritário que durou 21 anos no Brasil. Para a próxima etapa, espera-se poder construir um quadro verificando se houve casos de perseguições e/ou assassinatos na cidade; relacionar as notícias dos jornais com os acontecimentos políticos nacionais; verificar o discurso e assuntos pautados nas assembleias da Câmara



Municipal dos Vereadores de União da Vitória e como interfere no regime; e encontrar algum caso atípico documentado pelos arquivos criminais do Fórum da Comarca de União da Vitória.

REFERÊNCIAS

DREIFUS, A. R. **1964**: a conquista do Estado. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

MAGALHÃES, M. B. de. **Paraná**: política e governo. SEED - Secretaria de Educação do Estado do Paraná. Curitiba, 2001.

ZAPPA, R. SOTO, E. **1968**: eles só queriam mudar o mundo. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.